

ENTREVISTA COM MARIZA CORRÊA

REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2003, NA UNICAMP, CAMPINAS.

CAROLINA ABREU

FRANCIROSY FERREIRA

FRANCISCO PAES

JANINE COLLAÇO

RONALDO TRINDADE

UGO MAIA

Mariza Corrêa nasceu na cidade de Porto Alegre, em 1944. Ainda na capital gaúcha, cursou escola normal e iniciou sua carreira de professora. Movida pelo desejo de se tornar escritora – “todo mundo queria ser escritor. Depois que eu entrevistei os antropólogos, descobri que isso era uma unanimidade” - iniciou a faculdade de jornalismo que, acreditava, lhe daria a oportunidade de escrever. O curso de graduação, iniciado em Porto Alegre, foi concluído em Belo Horizonte. Nesses tempos de estudante, Mariza trabalhou como jornalista no jornal Zero Hora de Porto Alegre e no Diário de Minas de Belo Horizonte – era então a única mulher da reportagem geral. Já formada, integrou a primeira turma da revista Veja.

Em 1969, Mariza mudou-se para Michigan, nos Estados Unidos, acompanhando seu marido – líder estudantil condenado pelo regime militar. Passados dois anos e meio, voltou ao Brasil e estabeleceu-se em Campinas, onde pretendia trabalhar com literatura. Aconselhada pelo amigo Peter Fry, Mariza Corrêa chegou à antropologia, que, segundo Fry, era uma ótima disciplina para quem pretendia exercitar seus dotes literários. Esse caminho se inicia com a leitura de um autor clássico da antropologia, Evans-Pritchard: “Assim, me desviei da literatura e vim para a antropologia”.

Certa vez, o professor Silvio Coelho mencionou que a história da antropologia brasileira estava nas mãos de Mariza Corrêa. Nesta entrevista, deixam-se entrever, além da trajetória profissional de Mariza, um pouco dessas histórias que ela pode contar.

Cadernos de Campo: Você fez o mestrado na Unicamp e o doutorado na ciência política?

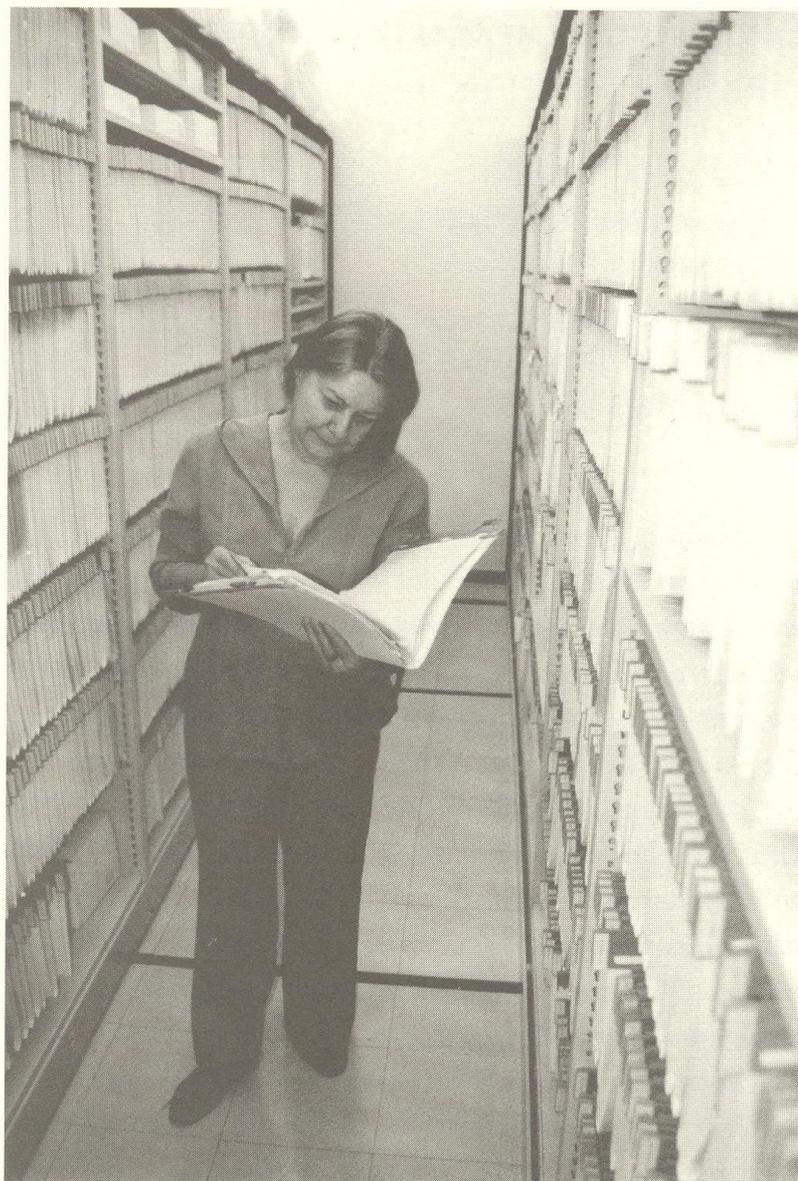
Mariza Corrêa: Fiz meu mestrado aqui [UNICAMP], com a Verena Stolke, que resultou no livro *Morte em Família*. Depois fiz o doutorado com a Ruth [Cardoso], que foi publicado como *As Ilusões da Liberdade*. A Ruth, bem como Eunice Durham, tinha ido para a ciência política, asilada, dada a situação em que estava a antropologia na USP naquele período.

Cadernos de Campo: O momento em que você veio para a UNICAMP era um momento de um projeto específico das ciências humanas na UNICAMP, não era?

Mariza Corrêa: Era. Vocês têm que entrevistar o Antônio Augusto Arantes que ele conta para vocês. Era um projeto muito interessante. Vários dos fundadores do

atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas participaram. No começo juntava todas as áreas: era filosofia, ciências humanas, economia e lingüística. A lingüística foi a primeira a sair. O Antônio Cândido foi a pessoa que montou o atual Instituto de Estudos da Linguagem. Depois, saiu a economia, que tem atualmente um Instituto de Economia, um instituto forte, como nós sabemos. Aqui ficaram as Ciências Sociais, a História e a Filosofia. Mas o grupo todo que começou, que eram lingüistas, economistas, filósofos, sociólogos, os primeiros antes de ter antropólogos e cientistas políticos, eram parte de um plano enorme do Fausto [Castilho], que queria mandar todo mundo para a França. A Lingüística era uma ciência muito importante nos anos 60, então o Fausto Castilho, que montou o embrião do Instituto, queria mandar todos para a França ou para a Inglaterra, para estudarem lingüística, o patamar básico para estudar o resto. Todo mundo fugiu. O Antônio fugiu, estudou dois meses lingüística, depois fugiu [risos], foi estudar antropologia com Leach. Assim vários outros. Daí o Antônio conheceu o Peter e a Verena na Inglaterra, que fundaram o Departamento de Antropologia aqui. Os três fundadores são Peter, Verena e Antônio.

“Todo mundo era existencialista nos anos 60. Todo mundo lia muito Sartre e Simone de Beauvoir. Então, quando saiu *O Segundo Sexo*, foi um sucesso”.



Cadernos de Campo: Como o gênero entra na sua carreira acadêmica?

Mariza Corrêa: Não entra como gênero, entra primeiro como um interesse feminista; eu sou uma feminista de carteirinha. Quando saiu *O Segundo Sexo* no Brasil, nos anos 60? Todo mundo era existencialista nos anos 60. Todo mundo lia muito Sartre e Simone de Beauvoir, muito. Então, quando saiu *O Segundo Sexo*, foi um sucesso. Porto Alegre era um lugar muito cosmopolita, porque é muito perto de Buenos Aires. A gente lia muita coisa traduzida para o espanhol. Hoje temos muita coisa traduzida

para o português, mas naquela época não tinha. A gente lia muito em espanhol e conhecia muita literatura. A literatura francesa sempre foi muito forte para nós, uma presença muito forte. Acho que a minha influência mais forte, em termos de pensar, vem da literatura, sem a menor dúvida, o romance inglês, os franceses...

Eu participei de uma série de situações, depois que voltei dos EUA, onde as feministas estavam tentando se aglutinar. Sempre houve feministas no país, não é coisa do último século, mas houve pouco movimento feminista. No período feio da ditadura, com toda a coisa da imprensa alternativa – como um dos canais de expressão do pessoal da esquerda que não tinha muito acesso a outros canais de expressão – fundaram-se alguns jornaizinhos feministas também. Como eu tinha diploma de jornalista, o Marcos Faermann um jornalista gaúcho que trabalhou no *Jornal da Tarde*, fazia a *Versus*, era um dos editores de várias coisas alternativas. A *Versus* funcionava numa casa velha, antiga, em Pinheiros. O porão era ocupado pelas feministas, um gelo o porão. Daí o Marcos disse: “Ah, eu conheço uma amiga gaúcha que é jornalista” – eles precisavam de alguém com registro, para registrar o jornal – “e feminista”. Daí pronto, conheci todo o grupo de feministas em São Paulo.

Cadernos de Campo: Você se lembra de alguma?

Mariza Corrêa: Ah, todas que estão por aí: a Maria Moraes, que está trabalhando aqui agora, a Schuma Schumacher, que fez o

Dicionário das Mulheres, a Rachel Moreno... Depois a Fundação Carlos Chagas fez o *Mulherio*, que foi também um jornal excelente. Todos duraram pouco.

“O Núcleo de Estudos de Gênero se chama Pagu porque a Beth era encantada na Pagu, na Patrícia Galvão. Quando ela morreu a gente disse: “O núcleo vai se chamar Pagu em homenagem a Beth”.

Cadernos de Campo: Você escreveu até no *Lampião de Esquina*, não foi?

Mariza Corrêa: Sim, o *Lampião de Esquina* era ótimo. Eram grupos meio próximos, os homossexuais e as feministas. Depois deu rachas nos congressos, mas, em termos de fazer atuação na imprensa alternativa, sempre foram grupos meio ligados. Eu circulava nos dois ambientes. Trabalhei no *Nós, Mulheres*, que durou pouco. O *Mulherio* foi espaçando, hoje não é mais publicado.

Eu estava interessada na questão feminista e fiz o meu projeto de mestrado com os assassinatos de mulheres. O gênero acabou entrando mais adiante. Quando acontecem todas as discussões teóricas que tentam transformar a questão feminista numa questão teoricamente mais sólida, aparece a noção de gênero. E isso eu devo às minhas alunas, porque elas é que estavam lendo, pois eu já não agüentava mais pesquisas sobre mulheres nos anos 80. Nos anos 80 era aquela coisa: as mulheres pobres de Açaí Mirim, as mulheres ribeirinhas de não sei onde. Era sempre a mesma história com mulheres diferentes: as catadoras de

coco de não sei onde. Estava numa mesmice.

O conceito de gênero trabalhado pela Joan Scott chega aqui trazido pela Elizabeth Souza Lobo, outra querida amiga gaúcha que, infelizmente, nós perdemos. E é por isso que o Pagu se chama Pagu. O Núcleo de Estudos de Gênero se chama Pagu porque a Beth era encantada na Pagu, na Patrícia Galvão. Quando ela morreu a gente disse: “O núcleo vai se chamar Pagu, em homenagem à Beth”. Ela certamente não gostaria que se chamasse “Beth Lobo”. Conheci bem a Elizabeth para saber que ela detestaria virar placa.

Cadernos de Campo: Você é leitora dos textos sobre emancipação feminina e anarquismo da Maria Lacerda [Maria Lacerda de Moura, escritora mineira que produziu entre os anos 1920 e 1937]?

Mariza Corrêa: Maria Lacerda de Moura? Sou. Sou leitora da Maria Lacerda e gosto muito do trabalho da Miriam [Moreira Leite] sobre ela. A Miriam é um amor de pessoa, vou chamá-la mais vezes para bancas, gosto muito dela.

Cadernos de Campo: Mariza, como foi a decisão de se tornar antropóloga?

Mariza Corrêa: Nunca foi uma decisão. Quando a gente conta a vida da gente, a gente tende a fazer uma retrospectiva arrumada. Mas nunca é arrumada. As coisas vão acontecendo meio por acaso. Por exemplo, se eu não tivesse vindo para Campinas e conhecido o Peter Fry, talvez não tivesse virado antropóloga. Se eu não tivesse lido a Ruth Landes contando a sua

pesquisa aqui no Brasil, talvez eu nunca tivesse interesse pela antropologia, porque, até então, a antropologia não existia pra mim. Eu era uma aluna que vinha do jornalismo. Antropologia? Não tinha nem curso de antropologia em Porto Alegre, na época. Então não é decisão. Em geral não é decisão. A gente... Acontece, conhece alguém... Não vou dizer, como a Mariza Peirano gosta de dizer, que foi por acaso, porque nunca é inteiramente por acaso também. Tu tens circunstâncias que, mais ou menos, te encaminham por aqui, por ali. Mas não é assim uma decisão, digamos.

“Eu acho que a mobilização das mulheres, a mídia, a Globo, com *Quem ama não mata, Malu Mulher* etc, tudo isso foi importantíssimo, porque as coisas mudaram. O Judiciário, hoje, não aceita como argumento a legítima defesa da honra”.

Cadernos de Campo: Você percorreu caminhos que te levaram a escrever sobre a Justiça como mediadora e produtora de discursos sobre papéis sexuais. Foi um caminho inusitado o dos processos-crimes, já que você estava vindo de uma discussão feminista?

Mariza Corrêa: Não, não foi nada inusitado. Foi uma espécie de choque cultural, porque, quando a gente está vivendo em uma sociedade, algumas coisas a gente não enxerga muito, não é? Eu passei dois anos e meio fora, nos EUA, e tinha uma agitação feminista também lá. Quando eu voltei, um dos grandes casos que estavam na imprensa era o assassinato da Jô de Souza

Lima, em Belo Horizonte, que abre o meu livro [*Morte em Família*]. Eu fiquei chocada. Comecei a prestar atenção um pouco nisso e fiquei muito impressionada, porque isso era uma das áreas que ninguém estava analisando e os maridos que matavam suas mulheres estavam sendo sistematicamente absolvidos. Depois, na pesquisa, eu descobri que não era bem assim; para ser absolvido é preciso estar ocupando um certo lugar na estrutura social, corresponder a um determinado modelo que os juristas têm do homem adequado, trabalhador, provedor, etc. Boa parte dos crimes que chegavam às manchetes era de gente abastada. Um caso famoso, que estava sendo julgado durante a minha pesquisa para a tese, era o assassinato da esposa cometido por um promotor de Campinas. Então não foi uma coisa inusitada, absolutamente. Depois isso acabou virando tema, bandeira de luta de muitos grupos feministas. Em Belo Horizonte tinha um, a Paula [Montero] pode contar pra vocês. A Paula participou de um grupo que, eu acho, foi o primeiro que tratou sobre feminismo e direitos humanos, o de Belo Horizonte. Depois teve um grupo em São Paulo, e aí as coisas começaram a se constituir um pouco. Era uma coisa inadmissível. Eu acho que a mobilização das mulheres, a mídia, a Globo, com “Quem ama não mata”, “Malu Mulher”, etc, tudo isso foi importantíssimo, porque as coisas mudaram. O Judiciário, hoje, não aceita como argumento a legítima defesa da honra, que não é um argumento escrito no Código, é um argumento utilizado por analogia. Mas não é mais aceito hoje. Os julgamentos são devolvidos pelos Tribunais Superiores. A gente sempre acha que não adianta nada, que não caminha nada, mas algo caminhou

em vinte anos. Vinte anos do livro [*Morte em Família*], porque são trinta da pesquisa. O livro foi publicado bem depois.

O livro também não era visto por algumas feministas como muito canônico, porque eu mostrava como as mulheres eram absolvidas com maior frequência do que os homens quando matavam. Elas eram absolvidas em maior número justamente porque a sociedade vê a mulher sempre como a vítima, a coitada, então, se ela matou, ela devia estar assim no seu limite de ser vítima. Durante muito tempo essa coisa da mulher vítima foi uma praga também nos estudos feministas. Acho que o livro que deu a virada contra isso foi o livro da Bibia [Maria Filomena Gregori, *Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*].

Cadernos de Campo: O Livro da Raquel Soihet, da UFF, sobre criminalidade urbana feminina no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, também enfatiza que as mulheres não eram apenas vítimas.

Mariza Corrêa: Sim, sem dúvida, eu gosto muito do trabalho da Raquel. Todo esse grupo que foi orientado pelo Robert Slenes, que é professor aqui do Departamento de História, quando ele trabalhava na UFF: a Marta de Abreu, a Raquel Soieht, o Sidney [Chalhoub], que hoje é professor aqui... Começou-se a se trabalhar com uma outra noção da história, com certeza. O que eu estou dizendo é que, na antropologia, acho que o livro que deu a virada foi o livro da Bibia, que teve uma aceitação complicada entre as feministas durante algum tempo, porque ela questionava a perspectiva da mulher vítima.

Cadernos de Campo: E sobre o Pagu?

Mariza Corrêa: Aqui no Instituto nós tivemos, desde o começo, um pouco por influência minha, muito por influência de alunas, uma forte perspectiva feminista. Então nós fizemos aqui uma primeira Semana da Mulher. Desse grupo faziam parte várias pessoas que hoje estão no Pagu, como a Heloísa Pontes e a Bibia Gregori. A Guita não fazia parte desse grupo inicial, mas veio pra cá, se enturmou conosco e fazia parte de outros. A Adriana Piscitelli não fazia parte desse grupo inicial, porque chegou mais tarde, mas fazia parte do movimento feminista na Argentina, de onde veio. Quando chegou aqui, foi uma das responsáveis pela fundação do Pagu. Foi ela quem trouxe a Elizabeth para fazer o primeiro curso sobre gênero e foi a partir desse curso que a gente fundou o Pagu. A Maria Lygia Quartim de Moraes, que hoje faz parte do Pagu, uma feminista histórica, foi também uma das fundadoras do *Nós, Mulheres*. Quem mais?

Cadernos de Campo: A Margaret Lopes?

Mariza Corrêa: A Margaret Lopes, que era do CIM [Centro de Informação Mulher], é a coordenadora do Pagu agora e trabalha na Geociências com história da ciência.

Cadernos de Campo: E a Margareth Rago?

Mariza Corrêa: A Margareth Rago fez parte durante um tempo, mas agora não está mais, está fazendo outras coisas. Está envolvida, eu acho, com o Centro de Cultura

Popular. A gente criou o Pagu primeiro como um centro de estudos bem informal, começamos a fazer a revista, etc. Depois a universidade abriu a possibilidade da criação de núcleos institucionalmente vinculados à reitoria, com contratações e tal, com vagas. No Pagu há poucas [pessoas contratadas], os núcleos mais importantes, maiores e mais ricos são o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e o Núcleo de Estudos da População, o NEPP e o NEPO. A Elza Berquó fez o Núcleo de Estudos da População. São núcleos, obviamente, muito ricos, pois têm financiamento para pesquisa. Gênero ainda não tem muito; a gente é pobre. Mas eu acho que publicamos uma revista bastante boa e reconhecida internacionalmente, que é a *Cadernos Pagu*. Então, o Pagu é isso, um lugar onde as pessoas fazem pesquisas a respeito da questão de gênero, da questão da mulher. Nós vamos começar uma outra grande pesquisa agora.

Cadernos de Campo: Você pode falar um pouco sobre ela?

Mariza Corrêa: É uma pesquisa sobre corporalidade, que eu devo coordenar e para a qual nós vamos pedir verba da FAPESP.

Cadernos de Campo: É um projeto temático?

Mariza Corrêa: É um projeto temático e vai entrar todo mundo. A Heloísa, trabalhando com teatro, a Adriana, que está trabalhando com turismo sexual, a Guita, que quer trabalhar com cirurgia plástica, a Bibia, que quer trabalhar com erotismo, o Júlio [Simões], que quer trabalhar com homossexuais e velhice, e a Margaret, que

quer trabalhar com a Bertha Lutz. Mas a idéia é focalizar no corpo, nas convenções corporais que marcam essas áreas de atuação na sociedade.

Cadernos de Campo: A Bibia fez uma pesquisa sobre um *sex shop* em São Francisco chamado *Good Vibration* que é fantástica.

Mariza Corrêa: É isso, ela vai continuar com essa temática, mexendo agora com o erotismo.

“Estou brigando com o conceito de identidade. Eu estava falando em afinidade (...), afinidades circunstanciais. Quer dizer, eu posso estabelecer uma afinidade com alguém, nesse momento, porque temos interesses comuns”.

Cadernos de Campo: Existe uma identidade de gênero?

Mariza Corrêa: Estou brigando com o conceito de identidade. Eu estava falando em afinidade, por exemplo, que é uma noção que a Donna Haraway usa muito, que afinidades podem ser circunstanciais. Quer dizer, eu posso estabelecer uma afinidade com alguém, nesse momento, porque temos interesses comuns. Isso não quer dizer que é uma afinidade essencial, é uma afinidade circunstancial. Evita que a gente pense em essências: “as mulheres, unidas, jamais serão vencidas!”. Isso era muito bom como palavra de ordem nos anos 60.

Cadernos de Campo: Como você se relaciona com essa nova produção de gênero

elaborada principalmente por teóricas americanas, como Judith Butler, e com a noção do gênero como performance?

Mariza Corrêa: Acabou de sair a tradução de seu livro *Gender Trouble*, em português, ainda não vi a tradução, mas a gente usa muito aqui... A Butler é uma das nossas leituras e nós temos um fã clube dela por aqui. Acho que ela é um pouco mal lida, porque a performance não é teatral. Ela própria, no segundo livro, responde a isso dizendo que não é que eu acorde de manhã e vista uma camisa de gênero, não é nada disso. É muito mais como você atua em determinadas circunstâncias, a partir de determinadas perspectivas e sob determinadas condições. É muito mais por esse lado do que pelo lado da performance teatral. Mas todos que trabalhamos nessa área usamos esta literatura agora.

Cadernos de Campo: O que é que muda em relação aos estudos de gênero frente a estudos como o de Judith Butler e à linha pós-estruturalista?

Mariza Corrêa: Acho que o que muda, basicamente, é que elas sacodem a teoria da identidade fixa, rígida, imutável, a idéia do papel como dado. O que muda é que nós percebemos que há sempre espaços para negociações entre os agentes, que há sempre uma possibilidade de os agentes interagirem, não há só subordinação e dominação. Acho que isso é uma mudança fundamental. Até um certo momento, o feminismo trabalhava muito com uma noção de identidade, a idéia de que nós somos todas mulheres, como no jornal *Nós Mulheres*. Havia uma identidade suposta entre as mulheres, do

mundo até, e isso causou um monte de problemas para a antropologia. Muitas feministas antropólogas quebraram a cara porque saíram por aí a achar “problemas ocidentais”, como se costuma dizer, na Melanésia ou em outros lugares. Mas a nossa principal inspiração nos estudos de gêneros aqui é a Marilyn Strathern, que nós vamos publicar em português na editora da UNICAMP. Eu particularmente gosto muito da Donna Haraway, ela é minha musa, digamos. Ela é uma das poucas pessoas que está tematizando as questões do mundo contemporâneo, da tecnologia, junto às questões de gênero. Agora, a Butler é musa de uma série grande de estudantes e colegas. Gosto da Haraway também porque ela politiza muito a situação da mulher, sempre, e ela nunca essencializa, sempre atenta ao que está acontecendo nesse mundo moderno tão complicado em que vivemos. Acho isso importante.

Cadernos de Campo: Em *Antropólogas e Antropologia* você fala sobre a natureza imaginária do gênero...

Mariza Corrêa: Não é uma expressão minha, é inspirada por uma frase de Maxime du Camp sobre a natureza imaginária de um andrógino no romance de Théophile Gautier, *Mademoiselle de Maupin*. Fala-se em “imaginário” no sentido de que a fantasia é parte muito importante da construção de gênero, quer dizer, não são só as determinações sociais que são importantes, tem muito de fantasia e aí é um terreno muito difícil. Espero que, com a pesquisa que estou começando agora, consiga pensar um pouco mais a respeito disso. Tem toda nossa fantasia, nosso desejo, na atribuição

de lugares, idéias, posições ao outro. Nós atribuímos coisas ao outro como parte das nossas fantasias e não só da nossa situação socialmente determinada.

“Acho que, com todo o questionamento da antropologia que foi feito pelos chamados pós-modernos, que também são uma gama enorme de autores, perdeu-se a inocência. As pessoas não podem mais ir inocentes para o campo, achando que não faz diferença quem eu sou, de onde eu venho, o que eu digo e o que eu penso”.

Cadernos de Campo: Apesar de não ter sido uma descoberta da antropologia pós-moderna, eles problematizaram bastante essa questão do papel de gênero na inserção no campo, na produção desse campo e a influência disso na produção do texto etnográfico...

Mariza Corrêa: Eles quem? Os americanos. Acho que essa pergunta implica que a gente pense um pouco na perda de inocência dos antropólogos a partir do que a gente pode chamar de pós-modernismo. Os antropólogos perderam a inocência. Pararam de achar que eles eram pessoas que caíam em qualquer lugar, com objetividade. Não sei se alguma vez acharam, mas em todo o caso vamos pintar um retrato meio grosseiro, uma idéia de que tu tens condições objetivas de analisar outras culturas, outras sociedades, que tu vais lá e captas uma situação. Acho que, com todo o questionamento da antropologia que foi feito pelos chamados pós-modernos, que

também são uma gama enorme de autores, perdeu-se a inocência. As pessoas não podem mais ir inocentes para o campo, achando que não faz diferença quem eu sou, de onde eu venho, o que eu digo e o que eu penso. E acho que o gênero é uma das marcas que faz diferença. Sim, se tu és homem ou mulher em campo faz diferença. Vários antropólogos mais antigos até eram muito mais perceptivos a respeito disso. Lembrem-se de Robert e Yolanda Murphy, eles tinham plena noção de que a Yolanda podia entrar em alguns lugares, fazer certas coisas. Ou Victor Turner e Edith Turner. Por isso que tem tantos casais na antropologia, que eu não sei se tem em outras disciplinas. Por isso que eu digo que é uma injustiça a gente falar sobre o “antes” do pós-moderno como tudo sendo uma massa só. Vários antropólogos tinham plena consciência de que várias marcações faziam diferença. Quer dizer, Franklin Frazier sabia, quando ele veio ao Brasil fazer estudos na Bahia, que ele era o único sociólogo negro a fazer pesquisa lá e que todos os demais eram brancos. Ele escreveu coisas significativas, eu acho, por causa disso.

Cadernos de Campo: Dentro da antropologia brasileira o indigenismo da década de 50, com Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, já não colocava um pouco essas questões?

Mariza Corrêa: Colocava. Eu disse isso muito recentemente numa defesa de tese, uma tese muito boa, sobre o trabalho do fotógrafo e cinegrafista Heinz Forthmann, que mostrava como ele estava a serviço do SPI. E eu disse para ele: “Não é bem assim, porque você não pode pegar o Forthmann

em um momento único, que foi o momento em que ele entrou no SPI, você tem de pegar a trajetória inteira dele”. Daí tu pegas os *Diários Índios* do Darcy e tu vais ver que as fotografias têm outra característica, não têm mais aquela característica de estarem a serviço do SPI, de jeito nenhum. Elas estão a serviço de uma tentativa de registro que é mais comandada pelo olhar do etnógrafo do que o do Serviço de Proteção aos Índios. E o Darcy era muito crítico do SPI, nesse livro particularmente, e também nas cartas. Então, as coisas nunca são assim preto no branco, sempre são mais nuançadas.

Cadernos de Campo: O que te levou a escrever sobre a história da antropologia?

Mariza Corrêa: Isso sim foi, de novo, um pouco por acaso. Como é que começou essa história? O livro *Antropólogas e Antropologia* é um pouco história da antropologia. Nessa época eu estava interessada em continuar trabalhando com o material de minha pesquisa de doutorado e tinha acabado de sair o livro do Kuper, *Antropólogos e Antropologia*. Foi engraçado, na ABA de Gramado alguém foi atrás do Kuper para autografar – porque o livro deveria ter sido lançado lá, não ficou pronto a tempo, mas ficou anunciado – e ele disse: - “Esse não é meu, o meu é *Antropólogos e Antropologia*. É uma brincadeira, porque, em inglês, você não tem como fazer a marcação de gênero numa palavra só. Mas o livro do Kuper tinha acabado de sair e a Manuela [Carneiro da Cunha] disse: “Vamos gravar algumas coisas aqui, na UNICAMP. Não vamos perder essa memória”. Mas ela viajou para algum lugar, não lembro se foi a campo ou para a USP. A idéia da Manuela era

entrevistar antropólogos e ela já havia levantado uma verba na Fapesp para isso. Eu estava em um semestre livre de cursos e iria começar a trabalhar em uma outra pesquisa. Daí o pessoal da antropologia disse: “Por que você não dá um curso, envolve os alunos, a gente utiliza essa verba que está aí para o Departamento e faz algumas entrevistas?”. Mal sabia eu onde estava me metendo. Isso foi em 1984, eu tinha acabado de terminar a tese e entrar em uma continuidade dela.

Então eu encontrei, por acaso de novo, alguém que trabalhava no que hoje se chama Centro de Comunicações da UNICAMP – na época era um embrião do Centro de Comunicações – e que estava começando a gravar a história da UNICAMP. Essa pessoa sugeriu: “Ah, aproveita e faz vídeos com esses caras!”. Daí começou a crescer, incluir vídeo, fotografia e não sei o quê. A primeira entrevista, que é com Thales de Azevedo, é linda, uma entrevista ótima. Felizmente eu dei para ele uma cópia antes de ele morrer, uma paixão, o Thales. Foi um dos primeiros entrevistados, tinha oitenta anos, mas teve muita disposição para falar. Ele falava, falava e nós não sabíamos mais o que perguntar. Porque a gente começou sem saber o que perguntar, tínhamos muito pouca informação da história da antropologia contemporânea. Na primeira entrevista do Thales, se vocês prestarem atenção no vídeo, tem uma caixa de papelão com um paninho por cima para disfarçar, porque não tinha estúdio, não tinha nada. Alba [Zaluar] participa da entrevista com o Thales, porque ela trabalhava com religião e eu tentei chamar sempre algum colega que mexesse com o campo do entrevistado. Daí começou e foi uma espécie de bola de neve, porque o

Thales abriu várias portas, nos doou cartas, doou material. Ele disse: “Vocês não podem deixar de entrevistar Fulano e Beltrano”. A gente não sabia nada e eu devo tudo a esse primeiro grupo de alunos do primeiro curso que eu fiz. Depois fiz vários outros grupos, e as pessoas estão por aí. Muitas foram fazer a história da antropologia, depois, em suas teses, porque todo mundo era muito curioso e a gente queria, de repente, saber quem era Dina Lévi-Strauss, como era essa senhora. Então saímos a procurar as pessoas. Tem um vídeo muito bonito sobre a Dina, feito pela Anne-Marie Pessis que trabalha com a Niede Guidon no Museu do Homem Americano, no Piauí. A Niede ficou um tempinho trabalhando aqui na UNICAMP e a Anne-Marie Pessis estava para ir à França – ela trabalha com vídeo e documentou as grutas e fósseis nas escavações da Niede. Então eu disse: “Vê se tu achas a Dina Lévi-Strauss”, e ela achou. Daí fez um vídeo curto, que é uma gracinha, sobre a Dina Dreyfuss, nome que ela retomou depois da separação de Lévi-Strauss. A gente ficava procurando por Dina Lévi-Strauss e não achava. E é um vídeo muito bonito, eu levei na ABA uma vez.

Cadernos de Campo: A Própria Dina Lévi-Strauss filmou aqui no Brasil, não é verdade?

Mariza Corrêa: Filmou, fez vários filmes, estão quase todos no Arquivo Edgard Leuenroth. Vários estão na ECA, temos cópias de vários deles aqui, que eu comprei pelo projeto. Usamos alguns trechos no vídeo *História da Antropologia no Brasil*. Engraçado que, quando a Anne-Marie Pessis foi entrevistar a Dina – uma mulher linda, devia

ter uns setenta e poucos anos e está viva ainda, usava uma echarpe, bem francesa – ela lembrava muito do Mário de Andrade, que parece que era um homem muito interessante. Eles trabalharam juntos na Secretaria Municipal de Cultura, que o Mário dirigiu. Ela disse: “Eu fiz filmes no Brasil sobre índios?”. Ela inicialmente não lembrava. Aos poucos a Anne-Marie foi puxando e ela lembrou de tudo. Depois a Anne-Marie me disse: “Mariza, eu pensei que você tinha me falado tudo errado, que as pistas estavam erradas e eu estava entrevistando a Dina sobre coisas que ela nunca tinha feito na vida”. Aos poucos ela foi lembrando. Foi muito bonito. Essa é uma pesquisa que me dá muita satisfação. Estou começando uma outra pesquisa, mas essa ficou estabelecida como a pesquisa que, aos poucos, eu vou continuar trabalhando, obviamente.

Tenho muita coisa para publicar e a próxima coisa é o resultado dessa última bolsa do CNPq, que são as cartas da Heloísa Alberto Torres. São fantásticas e muito interessantes, porque tem todo um mito de que ela nunca produziu, nunca escreveu. Ela escreveu muito e orientou pessoas. Não produziu muitos livros e artigos, mas a escrita não se resume à produção comercial, que está à venda, disponível. Ela tem muitas outras funções. Essa pesquisa me deu muita satisfação e eu quero ainda investir na área da fotografia também. Eu fiz um curso sobre antropologia e fotografia com alunos da graduação há dois semestres e nós fomos tentar achar o Museu do Índio no Rio, o antigo Museu do Índio, é uma ruína. Eles fotografaram.

Cadernos de Campo: Ficava onde?

Mariza Corrêa: Fica perto do Maracanã. O prédio está em ruínas. Ele foi inaugurado em 1953 pelo Darcy Ribeiro e pertence ao Ministério da Agricultura. O prédio onde o Museu funciona hoje fica na rua das Palmeiras, em Botafogo, e foi originalmente a sede do ISEB. Fotografamos o novo e achamos muita foto em arquivo, muita. O Museu Nacional tem uma coisa fantástica, está cheio de coisas lindas lá. O Luís Fernando Dias Duarte, quando foi diretor [do Museu Nacional], infelizmente, não deu pra fazer tudo, começou a organizar. Então eu acho que agora a gente precisaria de um aporte financeiro substancial para fazer uma recuperação para salvar essas coisas. Isso eu vou fazer ainda, quer dizer, não eu sozinha, eu e mais um grupo de pessoas que eu consiga entusiasmar para fazer isso.

Cadernos de Campo: Isso está dentro do projeto de comemoração dos 50 anos da ABA?

Mariza Corrêa: Não, [a comemoração dos] 50 anos da ABA não prevê essa recuperação; por enquanto prevê que a gente recupere fotos desses 50 anos das Reuniões Brasileiras de Antropologia, que se confundem com a história da ABA. A ABA foi fundada dois anos depois da Primeira Reunião e vai fazer 50 anos, de fato, daqui a dois anos. A única pessoa que estava na mesa da primeira reunião que ainda está viva é o Castro Faria. Estavam lá Edison Carneiro, Dona Heloísa, Thales de Azevedo; acho que os outros também não estão mais conosco.

Cadernos de Campo: O Darcy estava.

Mariza Corrêa: Darcy estava bem novinho, estava sentado na platéia bem

bonitinho. Ele era muito bonito, muito fotogênico. E a Berta era muito linda também, por isso eu a coloquei na capa [do livro *Antropólogas e Antropologia*]. Tem também uma foto dela que eu usei na capa de um boletim da ABA, como homenagem. É linda aquela foto, maravilhosa.

Cadernos de Campo: E sobre *As Ilusões da Liberdade*, a Escola Nina Rodrigues, como se deu seu interesse por essa reconstituição toda?

Mariza Corrêa: Isso foi influência do Michel Foucault, porque eu tinha acabado de defender minha dissertação de mestrado. Comecei a trabalhar aqui em 1976 e, claro, tinha aquela pressão dos colegas para fazer o doutorado. Estava lendo coisas que sempre me interessaram muito ler, um material histórico, e eu continuava ainda ligada no Direito, por causa da dissertação. Coisas como um pouco a história do Direito, sobre a loucura, porque vários desses caras eram especialistas em casos de loucura, as pessoas que matam acometidas pela paixão. Caiu-me nas mãos, em um sebo de Porto Alegre, um livro muito interessante do Arthur Ramos, *Loucura e Crime*, daí eu disse: “Bom, isso é pra mim, vou ler”. Na época tinha acabado de sair na França o *Vigiar e Punir* e Michel Foucault era uma grande influência naquele momento, eu estava utilizando no curso etc. Quando eu comecei a ler um dos artigos do Arthur Ramos que conta a história da Escola Nina Rodrigues eu pensei: “Gente, mas é o Foucault escrito!”. Era a genealogia perfeita e eu tinha de entender esse caso. Então resolvi fazer como projeto de doutorado o que redundou em *As Ilusões da Liberdade*, que era pra ser

um pouco a história desse grupo [a Escola Nina Rodrigues]. A partir daí eu acabei descobrindo que isso era bastante a história da antropologia também. Então, o livro saiu assim como estava, há anos atrás. Foi defendido em 1982 e saiu em 1998.

Cadernos de Campo: O Foucault parece ter sido uma figura muito marcante para a intelectualidade brasileira, principalmente no movimento feminista.

Mariza Corrêa: Ele foi muito importante, porque ele caiu aqui no Brasil numa época de movimentos sociais, movimento das mulheres, movimento dos negros, movimento dos gays, movimento dos índios, movimento das mães da periferia, movimento de tudo, em um momento em que os movimentos sociais estavam em muita efervescência. E ele, não se esqueçam, embora fosse o grande filósofo que era, fazia parte daquele movimento contra as penitenciárias e também estava no contexto daquele movimento contra os asilos. Tinha toda essa efervescência política que acompanhou, eu acho, a chegada do Foucault, que veio fazer uma palestra aqui numa circunstância horrível. Enquanto ele estava dando curso na USP mataram o Vladimir Herzog. E aí ele se recusou a dar a palestra na USP, disse: “Não vou dar curso sob o tacão das botas dos militares!”. Então eu perguntei: “Bom, mas o senhor toparia falar no Centro Acadêmico dos estudantes?”. Ele disse: “Sem dúvida!”. Aí o trouxemos para Campinas e ele fez uma palestra inesquecível, ninguém gravou, fotografou, nada. Foi inesquecível. Não só o que ele escrevia, mas a presença marcante, a atuação dele nos movimentos era algo importante.

Cadernos de Campo: O professor Sílvio Coelho esteve recentemente na USP, em uma Sexta do Mês, e disse em algum momento da conferência: “Vocês querem saber sobre a história da antropologia no Brasil? A antropologia do Brasil está hoje nas mãos de Mariza Corrêa”.

Mariza Corrêa: Queridos, isso só pode ser objeto de um curso, nunca de uma entrevista rápida. Essa história está no vídeo *Cem anos de Antropologia*, nas entrevistas que nós gravamos para o projeto *História da Antropologia*, que estão no arquivo Edgard Leuenroth, em alguns artigos meus espalhados e vários reunidos nesse livro [*Antropólogas e Antropologia*]. Tem várias coisas que não estão aqui, como, por exemplo, a antropologia no Brasil dos anos 60 aos 80, que está no livro do Sérgio Miceli [*História das Ciências Sociais no Brasil*] e que é uma coisa sintética. Tem um outro artigo que está naquela revista da Fundação Carlos Chagas, chamado “A revolução dos Normalistas”, um artigo do qual eu gosto muito e quero um dia editar em livro, pois eu sou encantada com aquele artigo. Então tem vários artigos espalhados, boa parte está no livro *Antropólogas e Antropologia*. Fui percebendo, quando nós começamos este projeto, que era impossível nós gravarmos entrevistas, depoimentos com todos os antropólogos existentes. Nós escolhemos alguns. Não gravamos nem fotografamos o Gilberto Freyre, porque já havia muitas gravações e fotografias dele, e realmente não faz falta. A primeira coisa que a gente percebeu foi que não era possível cobrir o campo todo da antropologia no Brasil. A segunda coisa que eu comecei a perceber, através do feminismo e de meu interesse pela

situação das mulheres, foi que as mulheres tinham desaparecido um pouco da história, ficavam sempre em segundo plano. Daí eu resolvi fazer um desdobramento desse projeto com tudo o que eu tinha aprendido nas entrevistas, nas pesquisas bibliográficas, nos arquivos, com as fotografias, e comecei a perceber que havia muitas pistas de atuação dessas senhoras, o que redundou no livro.

Uma consequência desse desdobramento da pesquisa está sendo o meu trabalho com o material da Heloísa Alberto Torres. Ela tem um arquivo de cartas fantástico que eu ainda não consegui localizar inteiramente. Consegui localizar poucas cartas dela, mas localizei quase todas que escreveram para ela, então eu quero ver se faço uma edição anotada. E por que eu disse que eu ia voltar ao início? Porque aqui, na minha nova pesquisa, eu acabei juntando meu interesse pelo Direito que estava no primeiro livro com a Medicina, do segundo, porque a Medicina Legal é justamente a interseção da Medicina com o Direito. Eu não tinha me dado conta, até pensar um pouco em algumas coisas por causa de vocês, que me mandaram aquela pauta enorme, que eu estava de novo entrando na conexão Medicina e Direito. A nova pesquisa que eu quero fazer e que se chama “Fantasias Corporais”. Uma parte vai entrar no projeto do Pagu e a outra parte é o meu projeto para o CNPq, que é uma análise das mutilações genitais, femininas e masculinas, pelo mundo. Por isso que eu disse que eu estou interessada nisso, porque quando eu comecei a entrar nessa questão, que é também parte da história da antropologia, uma coisa que me deixava intrigada é que, nos vários cursos de antropologia que eu fiz para fazer o mestrado e o doutorado,

ninguém nunca falou em mutilação genital feminina, nunca, e tem muito pouca coisa publicada na antropologia sobre essa questão. Mas, quando eu fui começando a mapear o campo bibliográfico, a tentar entender a questão toda da mutilação genital, de maneira mais ampla, eu comecei a perceber que a mutilação genital é também masculina e é também ocidental. Tem um amplo movimento nos EUA, nesse momento, para tentar acabar com a mutilação genital masculina, crianças que nascem com o chamado sexo ambíguo e que são mutiladas. Agora, a primeira geração cresceu e eles montaram associações maravilhosas de combate a isso. O único país no mundo que acabou com essa prática é a Colômbia, o que é estranhíssimo, um país sob essa nuvem pesada de violência, uma situação política horrorosa e eles conseguem isso. A Suprema Corte aprovou uma moção contra as operações de crianças ditas de sexo ambíguo.

Cadernos de Campo: Isso, nos EUA, gerou uma discussão entre a natureza biológica e cultural do gênero.

Mariza Corrêa: Sim, há um capítulo do livro de Anne Fausto-Sterling sobre isso, que é fantástico [*Sex and the body: gender politics and the construction of sexuality*]. Publicamos a tradução de um capítulo no *Cadernos Pagu* [n 17/18 de 2001-2]. Recomendo a todos que leiam. Bom, então essa é a nova pesquisa, tentar entender um pouco como a antropologia tratou dessa questão, quando tratou, por que tratou pouco, e deslocar a idéia do orientalismo, de que é no Islã e na África que ocorre isso. Porque quando começou o movimento feminista contra a

mutilação genital feminina era a África, os países da África, ninguém falava que nos EUA, ali do lado, ou que aqui, na minha universidade, que tem um centro de estudos dessa questão dos intersexuados, como se chama, que aqui perto nós estamos cercados por essa coisa toda.

Outro movimento americano que me surpreendeu muito, que eu descobri lendo as coisas que estou lendo agora, foi o movimento contra a circuncisão geral. Porque, nos EUA, 80% dos homens são circuncidados e 80% não são judeus.

Cadernos de Campo: Então isso é uma ideologia de higiene, não é?

Mariza Corrêa: É, a classe médica circuncida as crianças, virou uma coisa médica. E tem movimentos fantásticos de prêmios Nobel contra isso.

Cadernos de Campo: Em algum momento essa discussão se refere à transgenitalização?

Mariza Corrêa: Sim, nós vamos fazer um seminário em junho aqui – chamado “Sexualidade e Saberes”, promovido pelo Pagu e pela UERJ, em que estará o Sérgio Carrara. Uma das mesas, a que eu montei, vai incluir a discussão dos transgêneros. Tem um livro [de John Colapinto] publicado no Brasil sobre um menino que foi criado como menina, *The boy that was raised as a girl*, saiu em português como *Sexo trocado*. No livro de Fausto Sterling, a autora leva até o fim essa discussão toda sobre o famoso dimorfismo sexual, a idéia de que somos homens ou mulheres. Ela é bióloga e mostra todas as conseqüências da idéia da ciência

sobre o dimorfismo sexual. É muito interessante o livro, tem notas para quem quiser fazer qualquer pesquisa sobre o assunto.

Cadernos de Campo: E a pertinência é imensa, porque parece haver dados que afirmam que uma parte, ainda que não muito significativa, da população nasce com alguma espécie de ambigüidade sexual.

Mariza Corrêa: Pode ser, isso é uma coisa a se perguntar aos médicos desenvolvem que um trabalho sobre isso aqui, mas acho que eles não usam esses dados. Esse grupo da medicina da Unicamp publicou um livro chamado *Menino ou Menina*, mas acho que, em geral, não se tem dados confiáveis a respeito disso.

Cadernos de Campo: Porque tudo depende da categoria utilizada para classificar isso.

Mariza Corrêa: O que me interessa nessa pesquisa, como antropóloga, é que uma das coisas necessárias nessa situação é o segredo, portanto, não tem como fazer esse levantamento. Nos EUA é mais difícil, porque os médicos sugerem que a família tome a decisão no começo, quando a criança é bem novinha, e depois esqueça. Isso é muito contraditório, porque a criança que passa por uma operação dessa deve passar por várias ao longo da vida.

Cadernos de Campo: Deve ter marcas, inclusive.

Mariza Corrêa: Deve ter marcas. Uma das razões pelas quais esse movimento

começou nos EUA também é que várias pessoas tiveram de recorrer à Justiça para ter acesso ao seu prontuário médico. Só então descobriram, porque nunca ninguém contava para elas, porque elas eram tão operadas, porque sofriam tantas cirurgias ao longo da vida. Sempre diziam que era apendicite ou qualquer bobagem, quando eram crianças, e, quando elas cresceram, começaram a perceber que tinha algo estranho, algo que não batia. Acho que isso é uma coisa interessante para antropólogo pensar um pouco, meter a colher torta aí.

Quanto ao projeto da história da antropologia, ele começou com a sugestão da Manuela [Carneiro da Cunha], depois o livro do Kuper. Depois nós ganhamos uma grande verba da FINEP, que foi o que permitiu que se transformasse em um projeto mesmo, com vários pesquisadores, alguns estudantes, que recebiam para fazer pesquisa. O financiamento nos permitiu pagar viagens para trazer mais entrevistados para cá. No começo não tínhamos esses recursos. Como resultado parcial desse projeto, além de todo o material que nós acumulamos, fotográfico, bibliográfico, de fontes a respeito desses antropólogos, nós também fizemos um primeiro vídeo que é o *Cem anos de Antropologia no Brasil*.

Cadernos de Campo: Esse acervo, esse arquivo, tem uma função não só da memória, mas de delimitação do campo da antropologia, e mais, ele pode ser uma alavanca para novas perspectivas na antropologia, você não acha?

Mariza Corrêa: Sem dúvida, creio que sim. Ele infelizmente é pouco usado, mas está à disposição dos pesquisadores lá no

arquivo Edgard Leuenroth. Nós depositamos todos os vídeos lá, fotografias, o material que a gente foi recolhendo. O arquivo da ABA também está sob a guarda do arquivo Edgard Leuenroth.

Cadernos de Campo: Conte-nos um pouco do acesso que os pesquisadores e os estudantes têm a esse acervo.

Mariza Corrêa: Basta marcar uma visita ao arquivo Edgard Leuenroth para assistir os vídeos e ter acesso ao material. Além das várias teses que saíram desse projeto, alguns outros pesquisadores se interessaram pela questão. A Maria Laura Viveiros de Castro, por exemplo, leu uma entrevista que eu tinha feito com o Oracy Nogueira, gostou muito, e resolveu ir atrás. O Oracy tinha acabado de morrer, ela foi atrás do filho dele. Ia tudo para o lixo. Ela conseguiu recuperar as cartas e tudo e publicou um livro sobre o Oracy Nogueira. Então várias pessoas que foram pegando dicas foram caminhando seus trabalhos e, agora, têm desdobramentos por conta própria em outros lugares. É isso que eu acho interessante.

Cadernos de Campo: O livro *Nove Noites*, de Bernardo de Carvalho, também.

Mariza Corrêa: O *Nove Noites* é parte.

Cadernos de Campo: O resultado menos esperado, não é?

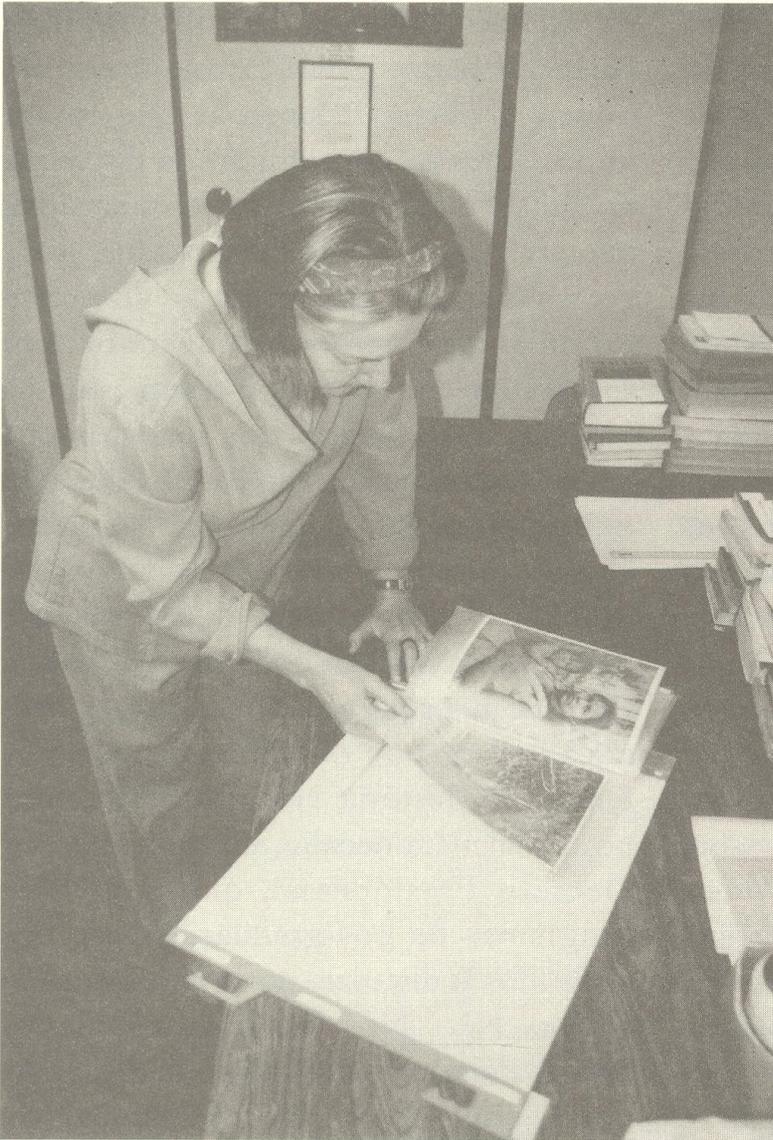
Mariza Corrêa: Inteiramente inesperado, porque eu estava escrevendo sobre as mulheres que viraram personagens de romance e, de repente, viro personagem. Então foi inteiramente inesperado. Ele

[Bernardo de Carvalho] leu uma resenha, achou que poderia dar um livro e saiu atrás. Dei para ele todo o material e metade do livro é tal e qual, é uma história desse antropólogo americano [Buell Quain], depois ele ficcionaliza. É muito interessante o livro. Ele fica passado, porque diz que não é uma história da antropologia, é um romance. Mas agora faz parte, goste ou não, se usou a documentação, agora faz parte. Outra atividade a que eu espero dar continuidade proximamente é a recuperação das fotografias, da iconografia da história da antropologia.

“Temos uma história da nossa disciplina feita aqui e nós não sabemos nada disso. Ainda hoje há poucos cursos de história da antropologia no Brasil por aí afora (...). Como é que tu te relacionas com teu passado se não sabes nada a respeito dele?”

Cadernos de Campo: Em que medida a história da antropologia, do Brasil ou no Brasil, como você fala, é a história da etnologia indígena brasileira e quais são os principais temas nos quais essa história da antropologia se apóia no Brasil e, ainda, o que significa escrever sobre a história da antropologia brasileira?

Mariza Corrêa: Ah, isso é um mundo. Mas a primeira pergunta é muito interessante, porque eu acho que eu digo naquele artigo que eu escrevi no livro coordenado pelo Sérgio Miceli [*História das Ciências Sociais no Brasil*], que a história da etnologia ainda está por ser feita. Sem dúvida, a etnologia é parte da história da



antropologia era isso. Se tu pegares as primeiras reuniões da ABA tu vais ver que as pessoas trabalhavam ou com a questão racial ou com a questão indígena, era isso. Com o tempo o campo foi crescendo, nos anos 60 criaram-se os programas de pós-graduação, em alguns casos, como na USP, eles foram recriados, mas em vários outros eram programas novos, como o da UNICAMP, do Museu Nacional, que foi o primeiro, e aí os temas se desdobraram. Apareceu uma coisa muito interessante, que é a antropologia urbana, que antes era muito marginal, quase inexistente, e foi um campo que se firmou, e várias outras: antropologia médica, antropologia da família, etc.. Quer dizer, os temas cresceram muito. E o que significa... O que vocês querem dizer com “significa”?

antropologia, mas a etnologia tem uma história própria, alguém vai ter de escrever a história da etnologia no Brasil. Ela tem contornos muito bem definidos e tem personagens riquíssimos, eu acho que é uma história fascinante e tratei dela como parte dessa história maior da antropologia que ela é, mas ela é mais que isso. Nós temos uma história da etnologia no Brasil com contornos próprios. Alguém vai ter de escrever essa história. E quais são os temas? Agora são muitos, teve um tempo, no Brasil, que os temas eram raça e índio, tinha a antropologia das relações raciais e a antropologia da questão indígena. A

Cadernos de Campo: O que significa para você escrever sobre a antropologia?

Mariza Corrêa: Um significado, para mim e para todo o pessoal que trabalhou comigo, estudantes e vários outros, foi o resultado de uma curiosidade imensa. Eu me formei em antropologia nesse país sem saber nada sobre a antropologia brasileira. Da antropologia brasileira não necessariamente, mas da antropologia feita no Brasil. Sempre acho que há uma antropologia feita no Brasil que não necessariamente foi feita por brasileiros. Mas eu não sabia nada. Aprendi fazendo essa pesquisa e acho que vários dos

estudantes que trabalharam comigo nessa pesquisa ou assistiram os cursos que eu dei aprenderam que nós temos uma história da nossa disciplina feita aqui e nós não sabemos nada disso. Ainda hoje há poucos cursos de história da antropologia no Brasil por aí afora, aqui nós temos cursos na graduação e na pós, e eu acho que é muito importante. Como é que tu te relacionas com teu passado se não sabes nada a respeito dele? Então uma parte importante do trabalho da disciplina é conhecer a sua história. Sei que tem várias pessoas que não concordam com isso, mas eu acho. Para mim foi extremamente gratificante, porque eu conheci todos os antropólogos brasileiros nesse passeio e, cada vez que eu ia para algum lugar, participar de uma mesa redonda, eu aproveitava para saber quem eram os antropólogos locais, o que estavam fazendo, se tinham uma história local. Então, fiquei com um panorama. Esses dias eu estava conversando com um orientando meu e dizendo: “Não, mas você sabe, Fulano está aqui, Beltrano está ali” e ele disse: “Mariza, tu tens um mapa na cabeça, eu não tenho”. Vou dar um curso no próximo semestre e chamá-lo de “Mapa da Mina”, que é para precisar esse mapa, que agora está muito melhor. Quando começou tinha pouquíssimos personagens, eu não sabia, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Gilberto Freyre, mais velho, e tal. Aos poucos tu vais percebendo que os personagens secundários, e esse é o ponto do meu livro, têm tanta importância quanto os personagens centrais. Para se ter um Darcy Ribeiro, tem vários outros ali ao lado, como um Heinz Forthmann, a Berta Ribeiro, o Pe. Friel. O que mais eu posso dizer que significa escrever sobre a história

da antropologia no Brasil? Significa recuperar, para as gerações mais jovens, um pouco o perfil de pessoas que foram importantes na constituição da disciplina no Brasil. Nesse último curso que eu dei, que era Antropologia e Fotografia, pude ver a fascinação dos jovens ao chegarem no Museu Nacional e descobrirem fotografias das pessoas e quem eram as pessoas, a fascinação dos meninos que foram ver a exposição do Baldus. Eles não tinham idéia. Eu contava para eles sobre Herbert Baldus, romanceava, dizia que ele praticava esgrima, pois dizem que ele praticava esgrima ali no jardim do Museu Paulista. E os alunos começavam a ficar encantados, por descobrirem que nós temos uma história. Nós não aparecemos porque alguém decidiu, nos anos 60, por Decreto Presidencial, que íamos ter programas de pós-graduação para nos afinarmos às diretrizes norte-americanas de ensino. Não. Nós temos antropólogos trabalhando há muito tempo com alguma coisa que, hoje, nós chamamos de antropologia. Aí tem uma discussão epistemológica – não gosto muito, acho muito audacioso – nós temos uma discussão séria a fazer sobre o que é antropologia, o que nós podemos definir hoje como antropologia. Então isso aí é uma questão mais complexa. Tudo é história da antropologia? Não, mas aí entra uma grande discussão.

Cadernos de Campo: Aproveitando o assunto da história da antropologia, a ABA surge em 1955, mas já havia tido uma reunião antes de antropólogos brasileiros, em 1953, e a disciplina era algo ainda informal no Brasil. Qual foi o papel da ABA

para tornar a antropologia uma cadeira dentro das universidades brasileiras?

Mariza Corrêa: Crucial, não na formação de cadeiras de antropologia, mas para conformar o campo. Justamente, todo mundo, a partir da década de 60, todos os jovens estudantes e jovens professores, começou a brigar contra as cadeiras. Então a ABA foi importante não para tornar a antropologia uma cadeira, mas para formar o campo sim. A partir do momento em que a ABA se constitui ela é a instituição que diz quem é antropólogo e quem não é antropólogo. Isso, obviamente, vai se constituindo aos poucos, o que é muito interessante para uma pesquisa que alguém deveria fazer. Há uma tese de mestrado defendida há pouco tempo aqui que tenta trabalhar um pouco com os antropólogos que não estão na academia, estão na ABA, mas não estão na academia. Mas uma pesquisa interessante seria ver qual é a porcentagem de antropólogos brasileiros que está na academia. A gente tende a pensar nos professores, nos programas, nos cursos, mas nós temos muitos antropólogos que estão em outros lugares, estão em ONG's, estão no Serviço Público fazendo muitas outras coisas. Acho que é a ABA que conforma o campo da antropologia no Brasil a partir de sua criação e mais, a partir de sua recriação e aí o Silvio [Coelho] tem um papel muito importante, não sei se ele contou isso. A primeira reunião depois da noite triste da ditadura militar foi em Florianópolis, organizada por ele, e foi a partir daí que a ABA retomou

fôlego de novo e começou a crescer. As primeiras reuniões, vocês vão ver quando ficar pronta essa história das reuniões, eram fantásticas: tu conheces todo mundo, eram meia dúzia de pessoas, sempre as mesmas. Depois a ABA vai se tornando uma associação de massa, a última reunião teve duas mil pessoas, uma coisa impressionante. Muitos estudantes, cada vez mais caras novas na profissão, docentes e pesquisadores que não estão, necessariamente, na docência. A ABA é fundamental a partir dessa reunião de 1974 em Florianópolis, quando começava a reabertura política, para fazer a conformação desse grupo. Várias pessoas foram importantes nesse período, o Sílvio é uma delas, através de sua gestão. As gestões da ABA são muito curtas para qualquer pessoa fazer grandes realizações, mas isso é muito bom, isso é pedagógico. Ninguém pode dizer: "Eu realizei, eu fiz, eu aconteci". Cada um põe um pouquinho. Em dois anos, manda bala e põe o que dá para pôr. Então é uma coisa muito bonita, eu acho, é um campo que é construído com o esforço de muitos, cada gestão que entra tentar acrescentar mais um pouquinho. Quando assumi a presidência, brinquei: "Amanhã estaremos no ar". Logo depois estávamos no ar. A idéia da ABA virtual foi do Márcio Silva, meu secretário. Era uma equipe muito boa, Márcio, secretário, e a Fernanda [Peixoto] de tesoureira. Nunca trabalhei com uma equipe tão boa. A Yonne Leite era a vice-presidente, mas os três que estavam mais envolvidos éramos nós três, e era um barato, era divertido e interessante. No dia que fiz meu discurso de posse,

voltando para casa, porque a reunião foi em Salvador, soube da notícia do massacre dos sem-terra em Eldorado de Carajás. A primeira notícia que a gente circulou na rede era uma carta de protesto, endereçada ao Presidente e ao Ministro da Justiça. Nós pegamos uma lista que o Carlos

Caroso já tinha montado para a reunião na Bahia. Hoje a ABA tem uma *home page*, quando começamos era uma coisa assim, pobrezinha, hoje está essa maravilha. O Gustavo [Lins Ribeiro] está fazendo um ótimo trabalho e eu acho que vai continuar. É isso que é a ABA.